



Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Carro Forte, Guarda, Transporte de Valores, Escolta Armada, seus anexos e Afins do Estado de São Paulo - PS.

Fundado em 18.02.92 - MTB 24.000.001119/92 - DOU 08/04/92

RUA: FRANCISCA MIQUELINA, 98 - BELA VISTA - CEP:01316-000 - SP.
CNPJ: 66.868.480/0001-15 - Fones: 3104.7399 - 3105.2486 Fax: (011) 3105.2269.
www.sindforte.org.br email:sindforte@sindforte.org.br

Exmo. Sr. Dr. Delegado do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo

SENAPRO	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	
NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO	
46219.039088/2007-80	

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇO DE CARRO FORTE, GUARDA, TRANSPORTE DE VALORES, ESCOLTA ARMADA, SEUS ANEXOS E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO-PS - SINDFORTE, Inscrito sob o CNPJ 66.868.480/0001-16 e do Registro Sindical processo 46.000.007273-96, com sede na Rua Francisca Miquelina nº 98 - Bela Vista - CEP: 01316-000 - São Paulo- SP, por seu Presidente infra-assinado e o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - SETVESP**, Inscrito sob o CNPJ nº 65.083.867/0001-01 e do Registro Sindical processo 24440.008581/91, com sede na Rua Bernardino Franganiello nº 691 - 3º andar - CEP: 02512-000 - Casa Verde - São Paulo/SP, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/MTE nº 01, de 24 de Março de 2004, vem requerer o depósito, registro e posterior arquivamento da presente **COVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, autorizada pelas Assembléias Gerais da Entidade Patronal realizada na Rua Bernardino Franganiello nº 691 - 3º andar - Casa Verde - São Paulo/SP - CEP: 02512-000 no dia 12/06/2007 às 09:00 horas em primeira e única convocação e a Entidade Profissional, realizadas na Rua: Francisca Miquelina nº 98- Bela Vista - São Paulo/SP; Rua Regente Feijó nº 462 - Campinas/SP; Rua Amador Bueno nº 171 - Centro - Santos/SP; Rua Quintino Bocaiúva nº 5/36 - Centro - Bauru/SP; Rua Doutor José Foz nº 1.167 - Vila Nova - Presidente Prudente/SP; Rua Amazonas nº 1.013 - Campos Elíseos- Ribeirão Preto/SP; Rua Euclides Miragaia nº 394 - Centro - São José dos Campos/SP e Rua Fritz Jacobs nº 268 - Boa Vista - São José do Rio Preto/SP, no dia 29/04/2007 às 19:00 horas e 20/04/2007 18h30, todas em segunda convocação que aprovaram as reivindicações e concederam poderes para a negociação e formalização do instrumento coletivo.

Para tanto, apresentam as anexas vias originais do instrumento a ser depositado, registrado e arquivado, nos termos do Inciso II, do Artigo 4º da Instrução Normativa SRT/TEM nº 03, de 03 de Abril de 2006.

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 10 de Junho de 2007.

JOÃO DOS PASSOS DA SILVA
Presidente
CPF/MF nº 686.641.508-00.

MANOEL REGI
Presidente
CPF/MF nº 279.167.668-68

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO JUNHO/2007 A MAIO/2008

Entre as partes, de um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE CARRO FORTE, GUARDA, TRANSPORTE DE VALORES, E ESCOLTA ARMADA, SEUS ANEXOS E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PS**, com endereço à Rua Francisca Miquelina, 96, Bela Vista, Capital/SP; e de outro lado o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Rua Bernardino Fanganiello, 691 – 3º Andar – Casa Verde Baixa - Capital/SP, representados por seus Presidentes Srs. João dos Passos da Silva e Manoel Regi, respectivamente, que ao final subscrevem o presente instrumento, subordinada às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - NORMA COLETIVA / ABRANGÊNCIA

A presente norma coletiva estabelece regras de conduta e de obrigações para as partes abrangidas, tendo de um lado como beneficiários todos os trabalhadores em serviço de carro forte, guarda, transporte de valores e escolta armada das empresas do segmento de transporte de valores, no mês de Junho/2007, sindicalizados ou não, e os admitidos na vigência da data base, e que se encontrem na base territorial do sindicato dos empregados e dos empregadores, que compreende o Estado de São Paulo. Exclui-se da presente, apenas o setor de escolta armada das empresas de segurança e vigilância patrimonial privada que não realizam o transporte de valores por ter instrumento próprio.

CLÁUSULA 2ª - NOVOS SALÁRIOS

Os salários vigentes no mês de Junho/2006, serão reajustados, pelo percentual de 5,00% (cinco por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO

A parcela salarial superior a R\$ 3.276,00 (três mil e duzentos e setenta e seis reais) será na forma da livre negociação direta entre as Empresas, exceto os Vigilantes que estiverem sobre o abrigo da Lei 7.102/83.

CLÁUSULA 3ª - PISOS SALARIAIS

Diante dos índices acima, ficam estabelecidos os seguintes PISOS SALARIAIS para todos os integrantes da categoria profissional, de acordo com as vigências a seguir:

✓ Vigilante Chefe de Equipe/Fiel	R\$ 1.577,21
✓ Vigilante Condutor de Carro Forte	R\$ 1.577,21
✓ Vigilante de Carro Forte	R\$ 1.265,62
✓ Administrativos	R\$ 610,26

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica ajustado pelas partes convenientes, admitir a fixação de um salário de ingresso, para funções relacionadas nesta cláusula, que poderá ser somente aplicado no momento em que o trabalhador for

R 7

admitido ou promovido na empresa, até o limite de 30% (trinta por cento) do efetivo de cada empresa, obedecendo a escala salarial abaixo:

- ✓ Vigilante Chefe de Equipe/Fiel R\$ 1.460,34
- ✓ Vigilante Condutor de Carro Forte R\$ 1.460,34
- ✓ Vigilante de Carro Forte R\$ 1.171,92
- ✓ Administrativos R\$ 588,24

PARÁGRAFO SEGUNDO

Como consequência do estipulado no parágrafo anterior, acertam as partes signatárias, conceder uma estabilidade provisória a 70% (Setenta por cento) dos empregados atuais de cada empresa, durante a vigência desta norma coletiva, salvo quando ocorrer perda de contrato, devidamente comprovado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Sem prejuízo do limite percentual de 30% (Trinta por cento), especificado no PARÁGRAFO PRIMEIRO, o empregado que atingir 12 meses de efetivo trabalho nas funções mencionadas nesta cláusula, terá o seu salário automaticamente reajustado, até o limite do correspondente piso da categoria.

CLÁUSULA 4ª - VALE TRANSPORTE

Será concedido o Vale Transporte de acordo com o que dispõe a Lei, ficando facultado às Empresas que assim optarem, ao seu pagamento em dinheiro, não significando esse procedimento, em qualquer incorporação aos salários e demais itens remuneratórios.

PARÁGRAFO ÚNICO

O uso indevido do vale - transporte, a declaração falsa ou a omissão na atualização do cadastro para recebimento do benefício, constituem falta grave, conforme previsto na legislação.

CLÁUSULA 5ª - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído, ressalvada a hipótese do Parágrafo Primeiro da Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 6ª - REGIME MENSALISTA

Os contratos de trabalho dos profissionais aqui representados serão obrigatoriamente de regime mensal.

CLÁUSULA 7ª - JORNADA DE TRABALHO

As empresas poderão adotar alternativamente e/ou concomitantemente as seguintes jornadas de trabalho:

- ✓ 07,33 (Sete vírgula trinta e três) horas, vezes o número de dias úteis; ou
- ✓ 8 (oito) horas, durante cinco dias na semana, permitindo-se a compensação das 4 horas restantes no mesmo período; ou
- ✓ 8,48 (oito vírgula quarenta e oito) horas, durante cinco dias da semana.

R

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas horas extras, todas as horas trabalhadas que ultrapassarem o limite acima descrito.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As horas trabalhadas excedentes ao limite fixado no "caput" desta cláusula sofrerão a incidência de uma sobretaxa:

- ✓ 50% (cinquenta por cento) para as horas extras trabalhadas de segunda feira a domingo.
- ✓ 100% (cem por cento) para as horas extras trabalhadas nos dias de folga ou feriado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Com base no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, fica convencionado entre as partes que às Empresas é facultado a adoção do regime de trabalho de 4 x 2 (quatro dias de trabalho por dois de descanso), compreendendo a jornada diária de trabalho em nove horas e vinte minutos, observados os critérios pactuados na cláusula 10.ª deste instrumento.

Inciso I

As horas trabalhadas nos feriados, dentro da escala de 4 x 2, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO QUARTO

Com base no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, fica facultada às Empresas a adoção do regime de trabalho de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso), respeitado o limite legal da duração mensal de efetivo trabalho.

Inciso I

Considera-se já remunerado o trabalho realizado aos domingos e feriados que porventura coincidam com a referida escala, face à natural compensação das 36 (trinta e seis) horas seguintes, destinadas a descanso.

Inciso II

A jornada destinada a refeição e descanso para as empresas que adotarem a jornada especial de 12(doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso será de no máximo 01 (uma) hora, computados na duração do trabalho, observadas as condições pactuadas na cláusula 10ª., Parágrafo Segundo deste instrumento.

Inciso III

As horas que ultrapassarem a jornada diária de 12(doze) horas na duração do trabalho no regime de jornada especial serão computadas como hora extra.

PARÁGRAFO QUINTO

A média das horas extras do período intercorrente incidirá sobre: o DSR, as Férias e o 13º (décimo terceiro) salário.

CLÁUSULA 8ª - TRABALHO NOTURNO

O trabalho executado entre 22:00 horas de um dia e 05:00 horas do dia seguinte é considerado noturno, e será pago com um adicional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal, a título de adicional noturno.

PARÁGRAFO ÚNICO

O número médio das horas noturnas do período intercorrente refletirá sobre: o DSR, as férias e o 13º (décimo terceiro) salário.

CLÁUSULA 9ª - PAGAMENTO

O salário devido aos empregados será pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

O atraso no pagamento do salário, durante a vigência do contrato de trabalho, sem prejuízo das cominações de Lei, implicará na atualização pro-rata segundo o IGPM/FGV e, mais 2% (dois por cento) de multa ao dia, calculada sobre o montante corrigido até o efetivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todos os créditos salariais, seus reflexos e descontos serão registrados em documento único, que também servirá de comprovante de pagamento daquelas parcelas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As empresas se obrigam ao pagamento de uma antecipação correspondente a 30% (trinta por cento) do salário, até 15 (quinze) dias após o pagamento referente ao mês anterior.

CLÁUSULA 10ª - REFEIÇÕES / DESCANSO

O intervalo para refeição e descanso, será de até 2 (duas) horas, dependendo da necessidade de serviços nos termos do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ter início mínimo a partir da 4ª (quarta) hora de trabalho e início máximo até a 6ª (sexta) hora de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Uma vez concedido tal intervalo após a 6ª (sexta) hora ou ocorrendo sua eventual suspensão, o tempo efetivamente trabalhado será remunerado como hora extra, na base de 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em função das particularidades e peculiaridades dos serviços e pela necessidade do trabalho ser executado fora do estabelecimento do empregador, fatores que impossibilitam o controle da anotação do intervalo intrajornada, apoiado no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, as partes convencionam que os componentes das guarnições de carro-forte, quando impossibilitados de retornarem à Base, usufruirão o intervalo intrajornada externamente.

Inciso I

Esses empregados ficam sujeitos ao intervalo de 1 (uma) hora, cuja usufruição será considerada para todos, independente do tempo efetivamente realizado.

Inciso II

Em razão do disposto no parágrafo segundo, fica o empregado desobrigado da assinalação do respectivo período na papeleta de trabalho externo ou qualquer outra modalidade de controle de horário de trabalho, salvo se a empresa exigir para fins de controle interno.

Inciso III

Em hipótese alguma, o referido intervalo será computado na duração do trabalho.

CLÁUSULA 11ª - TÍQUETE REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão a todos os seus empregados, para cada dia efetivamente trabalhado e abonado, um tiquete refeição no valor de R\$ 12,00 (doze reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A regra é o fornecimento de tiquete refeição. Todavia, desde que haja pedido expresso do empregado, uma única vez, no prazo de até 60 (sessenta) dias da assinatura da Convenção Coletiva

K

de Trabalho ou no ato da admissão, durante a sua vigência, poderá ocorrer a substituição do tíquete refeição por tíquete alimentação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caráter excepcional, durante a Convenção vigente e somente para os componentes das guarnições de carro-forte, serão concedidos 02 (dois) tíquetes no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por mês efetivamente trabalhado, além do previsto no Caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caráter excepcional, durante a Convenção vigente e somente para os componentes das guarnições de carro-forte, será concedido no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais), face o acréscimo de R\$ 2,00 (dois reais) a cada tíquete fornecido segundo as regras estabelecidas nesta cláusula, exceto aqueles previstos no parágrafo segundo, cujo valor fica mantido em R\$ 12,00 (doze reais), a título de compensação adicional e compensatória ao convencionado pelas partes na Cláusula 10ª, Parágrafo segundo, deste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO

As empresas descontarão dos beneficiários desta cláusula o percentual de 8% (oito por cento) do valor total concedido no mês.

PARÁGRAFO QUINTO

O empregado que utilizar de forma inadequada o benefício acima referido, contrariando os objetivos do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, perderá o direito ao recebimento do benefício.

CLÁUSULA 12ª - SEGURO

Conforme estabelecido na Lei 7.102/83, seu Decreto N.º89.056/83 e especificamente nos termos da resolução N.º 05 de 10/07/84, fica assegurada a todos os vigilantes de carro forte uma COBERTURA SECURITÁRIA INDENIZATÓRIA, para os casos de morte, invalidez permanente, parcial ou total, com as seguintes condições:

- ✓ Por morte, a cobertura securitária indenizatória será igual a 26 (vinte e seis) vezes a remuneração mensal do vigilante no mês anterior ao falecimento.
- ✓ Por acidente, para os casos de invalidez permanente, parcial ou total, a cobertura securitária indenizatória será de até 52 (cinquenta e duas) vezes a remuneração mensal do vigilante no mês anterior ao acidente, obedecida, nestes casos, a proporcionalidade da TABELA PREVISTA NA CIRCULAR SUSEP N.º 29, de 20/12/91.

CLÁUSULA 13ª - FÉRIAS

O início das férias, desde que não recaia em dias de folga, feriado, domingo e sexta-feira, poderá ocorrer em qualquer dia da semana, devendo o empregado ser avisado com antecedência de 30 (trinta) dias. O valor integral correspondente ao período de férias será pago até 03 (três) dias anteriores a data da concessão.

CLÁUSULA 14ª - TRANSFERÊNCIA

A transferência de empregado para município diverso daquele que tenha sido contratado, poderá ocorrer mediante acordo bilateral em conformidade com os artigos n.ºs 468 até 470 da Consolidação

das Leis do Trabalho. Para efeitos desta cláusula, os municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande São Paulo não serão considerados como localidades diversas.

K

8

CLÁUSULA 15ª - UNIFORMES/ARMAS

As empresas serão obrigadas a fornecer, uniforme e armamento a seus empregados nos termos da Lei n.º 7.102/83, sem nenhum ônus para eles. No caso, de uso do uniforme fora do horário de serviço e do percurso "In itinere", o empregado infrator pagará uma multa de 0,5% (meio por cento) do valor nominal do seu salário, por dia de infração cometida. Na hipótese de um empregado ser vítima de seqüestro e/ou roubo (artigos 148 e 157 do Código Penal), quando do exercício de suas funções não serão descontados do seu salário os prejuízos havidos pelo empregador.

CLÁUSULA 16ª - PROMOÇÕES

A promoção do empregado para cargo de nível superior ao exercido comportará um período experimental de no máximo 90 (noventa) dias, sem majoração de salário dentro desse período, respeitando, entretanto as disposições do artigo N.º 461 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, ressalvado o disposto na cláusula 3ª (terceira) e seus parágrafos.

CLÁUSULA 17ª - DESCANSO SEMANAL DAS EQUIPES DOS CARROS FORTE

Atendendo ao disposto no artigo n.º 67 da Consolidação das Leis do Trabalho, as empresas ficam obrigadas a conceder uma folga semanal de vinte e quatro horas consecutivas para o descanso das equipes (guarnição) dos carros fortes, assegurado o descanso no dia de domingo pelo menos uma vez por mês.

CLÁUSULA 18ª - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO

Para o controle do horário de trabalho dos empregados, poderão ser utilizados os seguintes sistemas:

- ✓ Cartão de ponto;
- ✓ Livro de Ponto;
- ✓ Ponto eletrônico; e
- ✓ Outros sistemas eletrônicos.

CLÁUSULA 19ª - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Além dos dias previstos no artigo n.º 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, durante o período que estiver à disposição de autoridade policial ou judicial na apuração de crime, em que o empregado esteja envolvido em decorrência exclusiva do exercício de suas funções profissionais.

CLÁUSULA 20ª - ATESTADO MÉDICO

Ao serviço médico da Empresa, ao mantido por esta última mediante convênio, ou ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, compete abonar os primeiros quinze dias de ausência do trabalho.

R

f

CLÁUSULA 21ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

É assegurada a estabilidade provisória, com as garantias de emprego ou salário, por período específico, nos seguintes prazos, casos e condições abaixo:

A todo o empregado em vias de aposentadoria, que comprovadamente estiver ao máximo de dois anos para adquirir o direito a aposentadoria, que tenha, cumulativamente por pelo menos três anos de contrato com o atual empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica convencionado entre as partes que o Sindicato Profissional quando solicitado pelas Empresas, fornecerá Certidão de Contagem de Tempo de Serviço para fins de aposentadoria, no prazo máximo de 15 dias a contar do protocolo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica também, convencionado entre as partes, que o **Empregado** somente terá direito à referida estabilidade provisória, desde que comunique e comprove formalmente à Empresa, com protocolo de entrega, tal condição, dentro do prazo de 10 (dez) dias que antecedem à aquisição da estabilidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A ocorrência de falta grave pelo empregado estável provisoriamente extingue automaticamente a estabilidade auferida.

CLÁUSULA 22ª - GARANTIA SINDICAL

A todo dirigente, no exercício da representação sindical, fica garantido o seu atendimento pela empresa, além daquelas previstas no artigo n.º 543 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA 23ª - RESCISÃO

Quando couber a assistência nas rescisões dos contratos de trabalho, e esta for feita pelo Sindicato Profissional, as parcelas expressamente consignadas no recibo, tem eficácia liberatória nos termos do Enunciado n.º 330 do Tribunal Superior do Trabalho, publicado no Diário da Justiça de 28/12/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Dos prazos para o pagamento:

- ✓ Até o primeiro dia útil imediato ao término do aviso prévio trabalhado; e
- ✓ Até 10 (dez) dias da data da demissão, nos casos de aviso prévio indenizado, pedido de demissão ou justa causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As empresas deverão apresentar ao Sindicato Profissional, até 03 (três) dias úteis antes da assistência, os seguintes documentos: os últimos 24 (vinte e quatro) cartões de ponto ou folhas, e respectivos holerites. Fica ressalvada a verba indenizatória (multa) ao Fundo de Garantia por tempo de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A assistência do Sindicato na homologação das rescisões será prestada na forma da Lei.

CLÁUSULA 24ª - QUADRO DE AVISOS

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as Empresas manterão em suas dependências, em locais de fácil acesso, quadro de avisos, para afixação de comunicados do

R

Sindicato, acordo/dissídio coletivo da categoria. Os comunicados serão afixados no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas do recebimento desde que assim seja requerido.

CLÁUSULA 25ª - APOSENTADORIA

O Sindicato dos empregados manterá em suas dependências, empregado habilitado e credenciado junto ao órgão previdenciário oficial de sua cidade ou região, para melhor ajudar aos profissionais da categoria em vias de aposentadoria.

CLÁUSULA 26ª - ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

Fica assegurada pelas empresas a manutenção dos convênios médicos já existentes a serem estendidos aos dependentes legais dos empregados, sendo-lhes autorizado descontar de cada empregado, para auxiliar nos custos dos mesmos, até 5% (cinco por cento) do valor de sua remuneração total, tendo, no entanto como limite este desconto, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do custo total do plano de assistência médico-hospitalar.

PARÁGRAFO ÚNICO

As empresas se comprometem a comunicar o Sindicato Profissional, eventuais alterações realizadas nos planos de assistência médica.

CLÁUSULA 27ª - ADVOGADO

As empresas fornecerão advogado a seus empregados, sem ônus, quando estes forem envolvidos em sinistros no exercício de suas funções profissionais.

CLÁUSULA 28ª - AUXÍLIO FUNERAL

Fica assegurado aos familiares do vigilante, sem prejuízo da indenização securitária, em caso de falecimento do mesmo, a percepção de um auxílio funeral, correspondente a 1,5 (um e meio) piso salarial, vigente no mês do falecimento, sendo facultado as empresas que tiverem pagado as despesas com o funeral descontarem tal quantia da referida nesta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO

O auxílio funeral será pago em até 10 (dez) dias após apresentação do atestado de óbito, à mesma pessoa que for a beneficiária do falecido, junto à Previdência Social.

CLÁUSULA 29ª - AUXÍLIO ACIDENTE

Fica assegurado aos empregados das guarnições embarcadas, que sofrerem acidente de trabalho, em decorrências de tentativas, ou de assaltos consumados na operação de carros forte, a complementação de seus salários pelo período de 12 (doze) meses, pagando a diferença entre o salário recebido pelo empregado diretamente do INSS e o seu salário, na data da ocorrência do acidente.

R

CLÁUSULA 30ª - AUXÍLIO VIÚVA

Fica assegurado pelo prazo de 90 (noventa) dias, o pagamento dos salários dos integrantes de guarnições embarcadas de carros forte que vierem a falecer em decorrência de tentativas ou assaltos consumados, bem como o plano de assistência médica, à beneficiária do falecido.

CLÁUSULA 31ª - ADICIONAL DE RISCO DE VIDA

Em caráter excepcional, devido a forte crise na segurança pública, que aflige a base territorial do Sindicato, a partir e durante a vigência da presente Convenção Coletiva, será concedido aos empregados que exerçam em caráter permanente a função de guarnição de carro forte (vigilante, chefe de equipe e vigilante condutor), bem como aos empregados que exerçam a função de escolta de carro forte, a percepção de um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o piso da função exercida, a título de adicional de risco de vida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O adicional de risco de vida somente é concedido quando do efetivo trabalho, portanto não é devido quando o contrato de trabalho estiver suspenso ou interrompido, nos casos previstos na CLT, e também na hipótese da Lei 4090/65.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O adicional de risco de vida terá reflexo somente no pagamento do DSR, e das horas extras, não incidindo sobre o 13º salário e férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese do poder público criar dispositivo legal obrigando as empresas da categoria econômica de transporte de valores a pagar um adicional de risco de vida ou equivalente, o adicional objeto do "caput" desta cláusula será imediatamente extinto, não gerando direito adquirido de forma alguma.

PARÁGRAFO QUARTO

O vigilante quando promovido, para outra função diferente da guarnição, não terá direito ao adicional de risco de vida.

CLÁUSULA 32ª - CAFÉ MATINAL

Em caráter excepcional, durante a Convenção Coletiva vigente e somente para os trabalhadores das Bases Operacionais, será concedido o café matinal no período das 6 (seis) horas até às 8 (oito) horas, respectivamente, antes do início da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fica ajustado que o respectivo período, em nenhuma hipótese, será caracterizado como tempo a disposição da empresa.

CLÁUSULA 33ª - MENSALIDADE ASSOCIATIVA AO SINDICATO

As empresas ficam obrigadas a descontar na folha de pagamento mensal, a mensalidade associativa dos empregados sindicalizados correspondentes a 2% do piso salarial normativo, tendo como teto o piso do vigilante do carro forte, a qual se obrigam a recolher por via bancária em favor do Sindicato Profissional, enviando ao mesmo mensalmente o recibo de depósito anexado à relação dos empregados e informará os nomes dos novos sindicalizados e dos que pedirem demissão do quadro social a cada mês.



PARÁGRAFO PRIMEIRO

A contribuição associativa será recolhida no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa em atraso, podendo para tanto alegar abuso de poder econômico por retenção / usurpação de recursos financeiros, que caracteriza apropriação indébita e cerceia o livre exercício sindical da categoria profissional.

CLÁUSULA 34ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Ao Sindicato Profissional será devida, por todos os empregados, nos termos da respectiva assembléia geral, realizada no Sindicato, no dia 18 de abril e conforme disposto na PORTARIA 180, de 30 de abril de 2004, e a MEMO CIRCULAR SRT/TEM No. 04, do Ministério do Trabalho e Emprego, as contribuições assistenciais aprovadas, no montante de 2% do salário normativo mensal (tendo como teto o piso salarial do vigilante do carro forte), exceção aos trabalhadores associados, uma vez que já contribuem na qualidade de sócio, em todos os meses do contrato e também no que se refere ao décimo terceiro salário, pelo prazo de 12 meses (junho de 2007 a maio de 2008), que deverá ser descontada de todos os empregados, pelos empregadores, e repassada ao Sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A contribuição assistencial será recolhida no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O trabalhador terá 10 (dez) dias de prazo, após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, para apresentar oposição ao desconto da Contribuição Assistencial, devendo fazê-lo mediante requerimento escrito de próprio punho e entregue pessoalmente na Entidade Sindical Profissional, dentro do horário de atendimento da mesma.

CLÁUSULA 35ª - MULTA DE TRÂNSITO

A contar da data-base, será constituída entre o Sindicato Profissional e as empresas que assim desejarem, uma comissão paritária num total de 6 (seis) participantes, para discutir os critérios relacionados aos descontos de multas de trânsito quando o trabalhador estiver a serviço.

CLÁUSULA 36ª - COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As partes ratificam e convalidam a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, instituída em 07/02/2002, com as atribuições, constituição e procedimentos definidos na Lei 9.958 de 12 de Janeiro de 2000, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que nesse período seja discutida a viabilização de sua manutenção. Sendo viabilizada sua manutenção, prorroga-se automaticamente a vigência do Regimento Interno da CCP.

R

J

CLÁUSULA 37ª - DESCONTOS EM SALÁRIOS

Fica expressamente, consignado entre as convenentes, que todo e qualquer desconto efetuado nos salários dos trabalhadores destinados as suas entidades profissionais, não se insere na vedação contida no artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, ficando as empresas, totalmente desresponsabilizadas de operar devolução ou reembolso dos descontos, amigável ou judicialmente, restando ao trabalhador a faculdade de reivindicar os valores diretamente, do seu Sindicato de Classe.

CLÁUSULA 38ª - PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

Quando ocorrer rescisão ou perda de contrato da prestação de serviços pelas Empresas de Valores, será conferida, em caso de necessidade de contratação, e respeitada a política interna de cada Empresa, preferência aos empregados que forem desligados da empresa que deixar de operar.

CLÁUSULA 39ª - VIGÊNCIA

As partes que firmam a presente Convenção Coletiva, mantém a data base da categoria em 1º de junho, e estabelecem a vigência do presente instrumento coletivo por doze meses, a partir da data base, vigendo até 31 de maio de 2008.

CLÁUSULA 40ª - JUÍZO

O juízo competente para dirimir as divergências oriundas da presente convenção é a Justiça do Trabalho, ressalvado as contribuições recolhidas dos empregados.

CLÁUSULA 41ª - DEPÓSITO E REGISTRO

Para que produza os efeitos legais e se torne obrigatória, para as categorias econômicas, e de empregados, as partes depositarão cópias da presente Convenção Coletiva de Trabalho na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho em São Paulo, nos termos do artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, para fins de arquivo e certidão.

R

6

E, por estarem justos e de acordo, as Entidades firmam a presente Convenção Coletiva, que é composta de 41 (quarenta e uma) cláusulas e em 08 (oito) vias.

São Paulo, 29 de Junho de 2007.



JOÃO DOS PASSOS DA SILVA (PRESIDENTE DO SINDFORTE)

Sindicato dos Trabalhadores em Serviço de Carro Forte, Guarda, Transporte de Valores, e Escolta Armada, Seus Anexos e Afins do Estado de São Paulo.



MANOEL REGI (PRESIDENTE DO SETVESP)

Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Estado de São Paulo